

Os rumos da Antropologia entre o Projeto Columbia e o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (1949-1960)¹

Marcus Bernardes (UFSC)

Palavras-chave: Antropologia. Projeto Columbia. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais

Introdução

O presente trabalho investiga a produção antropológica realizada em dois momentos no Brasil: o Projeto Colúmbia² e o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE³). Embora tecnicamente voltados para o campo da educação, as propostas estabelecem um diálogo forte e original com as Ciências Sociais, tomando-as como referências em metodologias para a investigação da realidade social, o que inaugura uma tradição de pesquisa no Brasil. O formato do trabalho ainda traz um tom de projeto de pesquisa, pois as investigações estão em curso. Traço aqui as dúvidas e perguntas que guiam a pesquisa, ao mesmo tempo que delineio os caminhos e o potencial formato que a tese apresentará.

No ano de 2019 tive a oportunidade de entrar no Núcleo de Estudos Anísio em Movimento (NEAM⁴). A partir da minha vivência enquanto professor em sala de aula,

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

² Formalmente intitulado Bahia State-Columbia University Social Science Research Program, iniciado em 1949. Opto por utilizar o termo “Projeto Columbia”, pois foi como esse convênio ficou mais conhecido e foi assim nomeado pelas discussões posteriores aqui no Brasil.

³ O CBPE pode ser considerado a principal experiência de construção de um instituto de policy sciences no Brasil, ou seja, uma instituição ponte entre intelectuais e políticos cuja função é produzir pesquisas que subsidiariam políticas públicas, principalmente voltadas para o campo da Educação. O CBPE funcionou de 1955 até 1977.

⁴ Uma iniciativa da Fundação Anísio Teixeira (FAT) formada em 2019 com o objetivo de estudar a vida e obra de Anísio Teixeira no contexto da Educação Brasileira, fomentando novas pesquisas a partir do educador baiano. Tem como parceiros a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), o Centro Universitário FG (UniFG) e a Secretaria Municipal de Educação de Caetitê, Bahia. Fui professor na UniFG durante os anos de 2018 a 2023.

dos diálogos e debates com os colegas do NEAM, de estudos sistemáticos já publicados sobre Anísio Teixeira, comecei a me aprofundar nas obras do educador baiano.

Anísio Spínola Teixeira (1900-1971) foi um dos mais importantes educadores do Brasil. Participou de diversos momentos legislativos fundamentais para a consolidação da escola pública no país no século XX. A sua gestão educacional teve impactos regionais e federais em todos os níveis de ensino, da educação infantil até a pós-graduação, além de iniciativas para o desenvolvimento de pesquisas científicas no país.

A leitura que fazia tinha o crivo da docência de forma geral e em específico da Antropologia. Enquanto estudava a obra de Anísio Teixeira, constantemente me indagava: há uma antropologia da educação nas suas obras? É possível apontar caminhos de uma análise antropológica referendada em Anísio? Aos poucos fui percebendo que a Educação como um todo era um tema marginal nas Ciências Sociais no Brasil; que Anísio Teixeira parecia mais um ponto congelado da história e, aparentemente, seus escritos não eram tão discutidos em suas possibilidades analíticas atuais⁵; e que apesar da importância do CBPE e sua originalidade em termos de pesquisas no Brasil, suas reverberações foram minimizadas.

Dessa forma, ouvindo os sussurros em notas de rodapé, lendo as indicações levantadas sobre as relações entre professoras primárias e as pesquisas educacionais e as camadas de silêncio que envolvem a educação como tema de pesquisa na Antropologia, conheci Josildeth Gomes Consorte. Na segunda metade da década de 1950, Josildeth Consorte teve uma sequência de importantes artigos, entre 1956 e 1959, que foram publicados na revista *Educação e Ciências Sociais* do CBPE, os quais refletem sobre como os estudos de comunidade pensaram a educação, a escolha do magistério público como profissão, a criança favelada e a escola pública.

⁵ Existem discussões no campo da Educação que seguem essa linha. Um dos objetivos do NEAM é justamente refletir a atualidade do pensamento de Anísio Teixeira. De certa forma, a práxis anisiana é pouco retomada e refletida pelos cientistas sociais no Brasil, o que justifica a presente pesquisa. Existem textos e depoimentos de autores como Tales de Azevedo, Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes que foram contemporâneos do educador baiano (Rocha, 2002) e, mais especificamente na antropologia, o estudo de Hugo Lovisolo (1989). Em alguns trabalhos de Antropologia o seu nome aparece, atrelado ao CBPE ou aos Estudos de Comunidade, mas apenas situando o educador baiano nessas articulações. Por isso, em 2020 escrevi e apresentei na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia o artigo intitulado *Notas para uma Antropologia da Educação a partir de Anísio Teixeira*.

Frente aos desafios de estabelecer pontes teóricas e metodológicas entre as áreas da Antropologia e da Educação, nesse *entrelugar* (Gusmão, 2009; Bhabha, 2013), a pesquisa parte da seguinte questão: qual o modo de produção do conhecimento antropológico a partir da relação Educação-Antropologia nos caminhos do Projeto Columbia na Bahia e do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais?

As duas instituições impactaram de uma só vez a história da Educação e da Antropologia no país. Uma hipótese que sustento é que o Projeto Columbia foi uma espécie de laboratório social fundamental para a posterior criação do CBPE. Nesse sentido, além de Anísio Teixeira, Josildeth Gomes Consorte é uma das pontes entre as duas instituições.

O estudo sistemático da obra política e teórica de Anísio Teixeira e Josildeth Gomes Consorte, pelo prisma da Antropologia, é importante para compreender a história da educação no Brasil a partir de novas perspectivas. Vasculhar o passado, as dificuldades e enfrentamentos da época podem indicar novos aprendizados para pensar o fluxo do presente.

Trata-se de uma reflexão a partir das experiências de um educador e uma antropóloga, cujos trabalhos possuem desdobramentos culturais significativos para refletir sobre processos educativos contemporâneos e projetos de nação. Além disso, a relevância social e científica para essa pesquisa se aproxima do que nos diz Hugo Lovisolo “atenção, nós temos uma história significativa de reflexão sobre a educação no Brasil, voltemos a ela armados dos instrumentos da crítica teórica e empírica” (Lovisolo, 1989, p. 4). Esse projeto de pesquisa pretende retornar às experiências do Projeto Columbia e do CBPE com as armas da crítica teórica e empírica referendada pela Antropologia.

Antropologia e Educação

Em 1947, Anísio Teixeira assumiu a Secretaria de Educação e Saúde do Estado da Bahia, na gestão de Otávio Mangabeira. No ano seguinte, encomendou um anteprojeto para Charles Wagley (Universidade de Colúmbia) feito em parceria com Eduardo Galvão (primeiro antropólogo brasileiro a obter o Doutorado na Universidade

de Colúmbia) que tivesse o objetivo de aprofundar o conhecimento da realidade interiorana da Bahia, no intuito de desenvolver um planejamento educacional e estratégias de saúde pública para a população do estado.

O pedido de Anísio coincide com o momento em que os antropólogos de Columbia pretendiam aplicar o método *community study* em sociedades ditas complexas ao longo da América Latina, embora as relações com a referida universidade tenham se intensificado ainda nas primeiras décadas do século XX. Um recente volume editado pela Columbia Global Centers do Rio de Janeiro destaca a presença de Charles Wagley e Anísio Teixeira como intelectuais importantes dessa longa história envolvendo o Brasil e a Universidade de Columbia (Franco et al. 2020).

Nessa linha, Amurabi Oliveira (2015) observa a partir do trabalho de Neusa Gusmão (1997) – que, nesses estudos de comunidade, os antropólogos e antropólogas “esbarraram” com a escola. Eu me interesso por essa articulação chamada de Programa de Pesquisa em Ciências Sociais do Estado da Bahia – *Columbia University* (Projeto Columbia) de 1949 e por Josildeth Gomes Consorte, uma jovem pesquisadora iniciando nas trilhas etnográficas. Em qual medida esse encontro nos ajuda a refletir sobre a Antropologia e Educação no Brasil?

O Projeto Columbia foi construído numa relação entre a Secretaria do Estado da Bahia, a Universidade de Colúmbia e a Universidade da Bahia. Além de Charles Wagley, também coordenaram o projeto: Thales de Azevedo (Universidade da Bahia) e Luiz Aguiar da Costa Pinto (Universidade do Brasil). Charles Wagley navegou pelo Atlântico e atracou na Bahia com três orientandos: Marvin Harris, Harry Hutchinson e Benjamin Zimmerman.

Esses estudos estavam preocupados com o fator da mudança social e cultural, a partir das noções de tradicional/moderno. Durante o ano acadêmico de 1949-1950, antes do início da pesquisa de campo, Thales de Azevedo e seus estudantes iniciaram uma pesquisa de levantamento de dados geográficos, históricos e sociológicos no estado da Bahia, enquanto na Universidade de Colúmbia eram realizados seminários. Foi mediante esse levantamento que a Bahia, um estado brasileiro localizado na região nordeste do Brasil, foi dividida em seis regiões ecológicas: Recôncavo, Sertão, Florestas do Sul, Planalto Central, Planalto Ocidental e Vale do São Francisco. O conceito de “regiões ecológicas” foi desenvolvido por Donald Pierson, nesse momento professor da

Escola de Sociologia e Política de São Paulo e bolsista do Instituto Smithsonian, responsável pelo estudo da região Vale do São Francisco. Ao Projeto Columbia, coube o estudo das seguintes áreas com seus respectivos pesquisadores responsáveis: o Recôncavo (Harry William Hutchinson), a Chapada Diamantina (Marvin Harris) e o Sertão Semiárido (Ben Zimmerman), comparando duas localidades vizinhas que representassem o arcaico e o moderno, segundo os parâmetros dos estudos de comunidade. Anthony Leeds, orientado por Julian Steward, fez também pesquisas sobre a zona do cacau na Bahia.

O Projeto Columbia já estava em curso na Bahia, fortalecendo assim o Projeto Unesco – que envolveu pesquisas sobre as relações raciais – e começou a ser implementado no Brasil no início da década de 1950. O Projeto Unesco, dessa forma, utiliza os pesquisadores e as pesquisadoras que já estavam em campo nessas pesquisas na Bahia e adicionam essa feição racial àqueles estudos de comunidade.

Nesse sentido, um projeto coletivo como o Projeto Columbia nunca é homogêneo e as experiências são sempre marcadas por ambiguidades, frustrações, desejos situados social e historicamente. Levo em consideração a advertência de David Graeber de que tradições de pesquisa são derivadas de um meio intelectual, “que emergiu de conversas infundáveis e argumentos envolvendo centenas de pessoas” (Graeber, 2011, p. 11), e não algo que deriva da genialidade de um indivíduo.

Josildeth da Silva Gomes nasce no dia 21 do mês de junho na cidade de Salvador de 1930, pobre e de cor, como se dizia na época e como diz a própria autora. Fez o magistério, atuando como professora primária e em 1949, por volta dos 19 anos, ingressou no curso de História e Geografia na Universidade da Bahia. O encontro com a Antropologia aconteceu através da disciplina Introdução à Antropologia, ministrada por Thales de Azevedo. A escolha das Humanidades (geografia e história), diz a antropóloga, é uma escolha de pobres (não de vocação) que precisam de um mercado para trabalhar depois da graduação (Consorte, 2009).

As aulas de Antropologia de Thales de Azevedo eram influenciadas pela Antropologia Física, principalmente os pressupostos antropométricos e a Antropologia Cultural de Franz Boas. Ainda durante o primeiro ano de graduação, Josildeth foi convidada por Thales de Azevedo para participar do Projeto Columbia.

A experiência e dedicação de Josildeth durante o Projeto Columbia chamou a atenção dos antropólogos envolvidos e de Anísio Teixeira. Com o fim do projeto e, já formada no bacharelado em Geografia e História pela Universidade da Bahia, em 1951, Josildeth iria em direção à Nova Iorque. Antes, porém, ela estudou dois semestres na Escola de Sociologia e Política de São Paulo que a habilitaram, posteriormente, a ingressar como aluna de Pós-graduação no Departamento de Antropologia da Universidade de Columbia em setembro de 1953 (Consorte, 2007).

Dessa forma, o Projeto Columbia, por um lado, aparece como uma experiência de pesquisa fundamental na trajetória acadêmica da Josildeth Gomes Consorte e, de outro, torna-se uma espécie de laboratório de pesquisa e estreitamento de relações pessoais e profissionais que permitiu a criação posterior do CBPE, que defendo como hipótese. Charles Wagley e Thales de Azevedo, além da Josildeth Consorte foram nomes que participaram, anos depois, ativamente do CBPE. Contudo, a presença e o sentido das experiências desses antropólogos e antropólogas no Projeto Columbia e no CBPE, até o momento, carecem de um maior aprofundamento. Além disso, é fundamental investigar as razões dos silenciamentos dessa tradição de pesquisa.

A participação de pesquisadores de Columbia foi fundamental na formação e no tipo de Antropologia realizada no Brasil durante os anos de 1950 e 1960. Houve uma intensa troca entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros durante o Projeto Columbia e o CBPE. Investiguei, ainda em caráter exploratório, alguns dos impactos desse projeto na Bahia, particularmente refletindo sobre as experiências de Josildeth Gomes Consorte (Bernardes, 2023).

Contudo, quais as reverberações desse conjunto de relações institucionais e de pesquisa na própria Universidade de Columbia? Como seria pensar as relações entre a Universidade de Columbia, a Universidade da Bahia e o governo do Estado da Bahia a partir da chave da troca e da reciprocidade? Quais benefícios e desigualdades estão implícitas nessa transação entre países que ocupavam posições tão distintas na geopolítica internacional?

É preciso atenção para não reproduzir os resquícios evolucionistas e românticos dessa abordagem, focando nas particularidades históricas e nacionais desse quadro que é eminentemente político (Lomnitz, 2005). Qual o lugar dos Estudos de Comunidade – realizados no Brasil nesse período, especialmente na Bahia – na formação dos

antropólogos da Universidade de Colúmbia? Se no Brasil houve traços de apagamento sobre essa experiência de pesquisa aplicada, o mesmo ocorreu nos Estados Unidos?

No livro *From Boas to Black Power* de Mark Anderson (2019), o quinto capítulo intitulado *Charles Wagley, Marvin Harris, and the Comparative of Race* trata das pesquisas realizadas especificamente do Projeto Columbia na Bahia, mas são discutidas exclusivamente como se fossem do Projeto Unesco. Em todo livro não há menção ao *Bahia State Columbia University Social Science Research Program*. A maior projeção do Projeto Unesco é suficiente para explicar esse silenciamento?

Acredito que esses equívocos façam parte do processo de revisita a esses arquivos e atestam a necessidade de ampliar as pesquisas. Não trato essas omissões como silenciamentos. O silêncio que busco ouvir é como o Projeto Columbia é negligenciado diante de seu papel em diferentes vertentes de pesquisas sociais, apesar de abordar temáticas importantes, como: educação, relações raciais no Brasil, estudos de comunidade, políticas públicas e o desenvolvimento nacional (Consorte, 2014).

O material derivado do Projeto Columbia no Brasil, por exemplo, foi transferido para a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia, órgão responsável pelo convênio. Durante a ditadura empresarial militar, parte do acervo desapareceu. A ditadura empresarial militar, de fato, foi uma produtora ativa de silenciamentos de arquivos, de expressões, de corpos e, nesse caso em específico, trata-se de um silenciamento na composição do fato, na própria elaboração dos arquivos (Trouillot, 2016).

O Projeto Columbia e o CBPE constituem experiências de como as práticas de pesquisa e intervenções técnicos burocráticos produzem um certo tipo Estado-Nação. Trata-se de um momento histórico específico no Ocidente, em um país latino-americano, durante as décadas de 1950 e 1960, envolvendo a premissa de que a aplicação de políticas públicas demanda estudos detalhados da realidade social.

Nesse sentido é fundamental perceber as relações entre intelectuais e a (re)produção da nação e do nacionalismo. O conceito de “intelectualismo” discutido por Dominic Boyer e Claudio Lomnitz (2005) é particularmente importante pela diversidade proposta na análise do trabalho intelectual na cultura nacional, deste a dimensão poética-literária até proposições mais pragmáticas na área da gestão pública.

Na perspectiva de uma antropologia dos intelectuais, as experiências de Anísio Teixeira como educador e gestor são exemplares desse movimento já que umas das sínteses possíveis do seu trabalho, nas palavras de Clarice Nunes (2001) é uma forma de “poesia da ação”. Nessa linha, todos os escritos de Anísio Teixeira são frutos de sua atividade como educador e gestor, emergem do chão das escolas e dos gabinetes públicos, a partir de problemas e demandas da educação brasileira.

O Projeto Columbia é uma espécie de caleidoscópio que revela múltiplos sentidos de histórias das Antropologias no Brasil. Iniciou pesquisadores em trabalhos de campo da iniciação científica ao doutorado, através de uma equipe internacional e interinstitucional. Em termos de pesquisa, deu subsídios importantes para o desenvolvimento de investigações em diferentes cidades no estado da Bahia. Tudo isso constitui uma pequena parte de uma longa história entre a Universidade de Colúmbia e o desenvolvimento da Antropologia e Educação no Brasil.

Encaminhamentos finais

Para Olívia Cunha (2004) o arquivo⁶ é um tipo de institucionalização do conhecimento. A depender da instituição que o salvaguarda, deseja ser um repositório do passado, com pretensões de neutralidade, para o acesso das gerações futuras. Na medida em que arquivistas e usuários são personagens inseridos nos usos e políticas de preservação, quais regimes de poder estão envolvidos nessa trama? Ao lidar com o arquivo etnográfico de Ruth Landes, por exemplo, Olivia Cunha (2004) discute que a inventividade da criação do arquivo, entre a imaginação e autoridade intelectual, revela não só vínculos profissionais e intelectuais, mas também desejos e projetos malsucedidos.

Há dois processos que Olívia Cunha (2004) chama a atenção a partir do conceito de “arquivística” da Antropologia proposta por Jamin e Zonabend (2001/2002): os processos de objetivação (monografias, manuais, textos publicados em geral) e

⁶ Acrescento que justamente pelo meu interesse nos silêncios, compartilho com Jacques Derrida (2001) que o arquivo não é o lugar onde encontraremos memórias e eventos históricos, mas um lugar de apagamento de histórias.

subjetivação (diários de campo, memórias, autobiografias) que constituem tensões entre o próximo e o distante, o íntimo e o público, o eu e o outro. Não existe uma distinção clara nos arquivos sobre o que é “pessoal” e o que é “profissional”, um informa sobre o outro.

Lado a lado da etnografia do arquivo, encontra-se a etnografia de documentos. Laura Lowenkron e Letícia Ferreira (2020) refletem sobre os encontros etnográficos com papéis, após uma sugestão de um interlocutor. A ideia inicial era observar o cotidiano de trabalho em um setor da Polícia Civil do Rio de Janeiro. O inspetor advertiu que a palavra “observar” despertaria desconfiança dos policiais e sugeriu que a pesquisadora voltasse a sua atenção para os papéis recebidos, produzidos e guardados nas gavetas e armários da delegacia. Seria “mais fácil”, segundo o inspetor. A polícia hierarquiza os ofícios em várias nomenclaturas não oficiais que resumem em “problemas de família” e “problemas de polícia”. A sugestão da “facilidade” do trabalho com documentos esconde, segundo a antropóloga, a visão dos policiais que a documentação é algo menor ao que se refere ao trabalho policial, além de indicar um hiato entre a documentação e o que os policiais “realmente fazem”.

Percebo que o uso caracterizador de arquivo ou documento após a palavra etnografia envolvem uma ênfase sobre a ideia da coleção (como o arquivo etnográfico de Ruth Landes) ou dos objetos (como os papéis policiais), respectivamente. Porém, ambas estão atentas a como os diferentes tipos de textos mobilizam políticas, tipos de conhecimento, afetos e regimes de alteridade. Nos últimos anos, no intuito de ir além do teor informacional presente nos textos, Laura Lowenkron e Letícia Ferreira (2020) apontam que diversos antropólogos têm analisado os documentos, envolvendo contexto e ato de documentar, em duas abordagens centrais enquanto produtores de conhecimento, efeitos e afetos (Cunha, 2004; Navaro-Yashin, 2009) ou como objetos sociotécnicos (Latour e Woolgar, 1997).

A produção e o consumo de narrativas, sobre histórias de vida e história de instituições, envolvem uma desigual contribuição de grupos. As pessoas, segundo Trouillot (2016), participam na história como atores e narradores, portanto, há uma ambiguidade semântica entre ‘o que ocorreu’ (o processo sócio-histórico) e ‘aquilo que

se diz ter ocorrido' (uma estória desse processo). Eu me interesso por essa ambiguidade e pelas diferentes camadas que essa gramática discursiva de narrativas sobrepõe.

As pessoas, por motivos diversos, ignoram ou não tem acesso à história produzida pela academia. Da mesma forma, as teorias da história têm ignorado a história que é produzida fora da academia. É importante que essas narrativas específicas sejam não só decifradas como texto, mas que se busque compreender as condições de produção das narrativas. Isso faz parte do meu interesse de entender as relações históricas entre Antropologia e Educação para além da academia.

Acredito que o texto pode fornecer vários regimes de alteridade⁷. Para isso é necessário atentar para os vários tipos de narrativas (biografias, cartas, leis, dissertações e teses, obras literárias, científicas e filosóficas etc.). E se acrescentarmos o fator tempo para essas narrativas, a especificidade do trabalho do antropólogo, que se volta para os processos do passado, quais os desafios dessa particularidade?

Nas reverberações de Anísio Teixeira, as experiências vividas e refletidas por Josildeth Gomes Consorte ajudam a preencher as lacunas que me interessam nas estórias da Antropologia no Brasil. Se a importância do Projeto Columbia como uma ponte para o CBPE não é tão evidenciado, partiu da própria autora, décadas depois, sinalizar isso. Se nos estudos sobre o CBPE, a Antropologia é negligenciada, é justamente a experiência de Josildeth e seus escritos que destacarão a Antropologia nessas pesquisas. Nesse sentido, Josildeth é a principal pessoa-personagem nessa história do diálogo entre a Antropologia e Educação no Brasil.

A leitura compartilhada dessas duas experiências intelectuais amplia os sentidos das estórias contadas na medida que partem de referências de classe, gênero e raça bem distintas. Mais do que situar historicamente as experiências, considero fundamental estar atento aos elementos que podem definir limites para certos agenciamentos.

Por fim, algumas premissas conceituais são importantes para o melhor entendimento dos objetivos da pesquisa. Pensei nas implicações sobre um modo de produção do conhecimento a partir da leitura de um recente artigo de Bruno Américo e Fagner Carniel (2022). Os autores utilizam o princípio metodológico da inscrição

⁷ Em outras palavras, como o texto científico ou não pode ser interpretado partindo da classificação de Mariza Peirano (2000) sobre a alteridade radical, a alteridade próxima e a alteridade mínima?

literária a partir de Latour e Woolgar (1997) para apresentar uma visão alternativa da história da formação da antropologia da educação nos Estados Unidos, tomando por base o livro editado por George D. Spindler, em 1955, intitulado *Education and Anthropology*. O livro foi fruto de conferências realizadas em Stanford no ano anterior e participaram nomes como Margaret Mead, David Baerreis e John Whiting. Os autores constroem uma análise interessante do livro editado por Spindler (como documento escrito), atentos a outros dispositivos (meta pesquisas, pesquisa bibliográfica, análise de outros artigos) também explorados por Spindler em seu próprio processo de compreensão do que seria a antropologia da educação.

O que me interessa aqui é uma expressão que aparece de forma residual: modo de produção do conhecimento antropológico. É tão residual que só aparece uma vez no referido artigo e não possui nenhum tipo de aprofundamento (já que os autores adotam como princípio metodológico a inscrição literária, conforme mencionado). O modo de produção não se restringe apenas à economia. Enquanto um conceito ontológico implica o processo de nossa produção enquanto seres humanos (Marx, 2009, 2011; Saviani, 2009), e considero também suas implicações para além do humano (Ingold, 2015, Tsing, 2022). O modo de produção do conhecimento antropológico, portanto, não tem possibilidade de ser um modelo. As especificidades das relações emanam necessariamente do campo de pesquisa e é a partir dessas demandas que saberemos quais entes são importantes para essa construção. Seguindo o Projeto Columbia e o CBPE, é importante atentar para a escalabilidade envolvida entre governos estaduais, universidades nacionais, estrangeiras e órgãos internacionais; instituições de pesquisa aplicada e universidades; professores, estudantes, gestores e pesquisadores. Essas diferenças e relações são fundamentais para compreender a(s) Antropologia(s) constituída(s) nesse recorte histórico.

Resgato também o termo encruzilhada a partir de Leda Martins (2003) como operador conceitual para entender o tecido cultural brasileiro e a produção de sentidos plurais. A encruzilhada remete a encontros e desencontros, com foco nas interrupções, nas lacunas e nos lapsos. Além disso, entendo a noção de experiência conforme Suely Kofes (2015) para dar conta das experiências narrativas que levam em consideração a práxis dos sujeitos, ao mesmo tempo que “cria uma relação entre quem narra e quem é afetado pela narrativa” (Kofes, 2015, p. 35).

Dessa forma, o objetivo principal da pesquisa é analisar o modo de produção do conhecimento antropológico a partir da relação Educação-Antropologia nos caminhos do Projeto Columbia na Bahia e do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (e seus respectivos Centros Regionais, com especial atenção para o Centro Regional de Pesquisas Educacionais da Bahia). Os passos de Anísio Teixeira e Josildeth Gomes Consorte são experiências cruciais para entender as encruzilhadas desse diálogo, atento aos elementos que foram negligenciados e precisam ser retomados ao observar (do presente) esse período histórico, principalmente, das décadas de 1940 a 1960.

Referências

AMÉRICO, Bruno; CARNIEL, Fagner. A rede estrangeira de estudos sobre antropologia da educação pensada por meio da inscrição literária. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 48, 2022, p.1-19.

ANDERSON, Mark. **From Boas to Black power: racism, liberalism, and American anthropology**. California: Stanford University Press, 2019.

BERNARDES, Marcus. Notas para uma Antropologia da Educação a partir de Anísio Teixeira. In: Reunião Brasileira de Antropologia, 32, 2020, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos 32ª Reunião Brasileira de Antropologia**. Rio de Janeiro: ABA, 2020, p. 1-27. Disponível em < <https://www.32rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSZPIjtzOjQ6IjMxNDYiO30iO3M6MT0iaCI7czozMjoiNGYzMWNiZDBhZjgY2Q4MDQzOWU3ZTkzMTYwOTI2YTAiO30%3D> > acesso em 18 de agosto 2022.

BERNARDES, Marcus. [Re]visitando a antropologia e a educação de meados do século 20: o Projeto Columbia de Anísio Teixeira a Josildeth Gomes Consorte. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 104, p. e5541, 22 ago. 2023.

BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BOYER, Dominic; LOMNITZ, Claudio. Intellectuals and Nationalism: Anthropological Engagements. In: **Annual Review of Anthropology**, vol. 34, 2005, pp. 105–20. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/25064878>. Accessed 7 Sept. 2023.

BRITTO, Livia; SANTOS, Edna. Centro Regional de Pesquisa em Educação da Bahia: ponto de conexão de uma articulação inovadora criada por Anísio Teixeira. In: **Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino**, Caetité, BA, v. 1, n. 9, p. 96-115, jan./jun. 2022.

- CONSORTE, Josildeth Gomes. Recordações de um aprendizado antropológico. In: SANTONE, Livio; PEREIRA, Cláudio Luiz (orgs.). **Projeto UNESCO no Brasil: textos críticos**. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 81-93.
- CONSORTE, Josildeth Gomes. Entrevista com Josildeth Gomes Consorte: os 60 anos do Programa de Pesquisas Sociais do Estado da Bahia e Universidade de Columbia. Entrevistadores: ÉRIKA FIGUEIREDO, ISABELA OLIVEIRA, JANAÍNA DAMASCENO. In: **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 18, 2009, p. 201-217.
- CONSORTE, Josildeth Gomes. O “Projeto Columbia” - um resgate necessário. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 56, mai., 2014, p. 17-25.
- CUNHA, Olívia. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. **Mana** [online], v. 10, n. 2 [Acessado 7 Abril 2022], 2004, p. 287-322. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-93132004000200003>>.
- DERRIDA, Jacques. **Mal de Arquivo: uma impressão freudiana**. Tradução Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2011.
- FRANCO, Gabriel et al. **Columbia Brazil History**. Columbia Global Centers, Rio de Janeiro, 2020.
- FERREIRA, Letícia; LOWENKRON, Laura (org.). **Etnografia de documentos: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias**. Rio de Janeiro: E-papers, 2020.
- GRAEBER, David. **Fragmentos de uma Antropologia Anarquista**. Tradução Coletivo Protopia S.A. Porto Alegre: Deriva, 2011.
- GONÇALVES, Marco; MARQUES, Roberto; CARDOSO, Vânia (orgs.). **Etnobiografia: subjetivação e etnografia**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.
- GUSMÃO, Neusa. Antropologia e Educação: origens de um diálogo. In: **Cadernos CEDES**. Campinas, v. 18, n. 43, 1997, Versão digital, s.p.
- GUSMÃO, Neusa. Entrelugares: antropologia e educação no Brasil. In: **Revista Educação**. Santa Maria, v. 34, n. 1, jan./abr., 2009, p. 29-46.
- INGOLD, Tim. **Estar Vivo: ensaio sobre movimento, conhecimento e descrição**. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis: Vozes, 2015.
- JAMIN, Jean; ZONABEND, Françoise. “Archivari”. *Gradhiva*. **Revue d’Histoire et d’Archives de l’Anthropologie**, 30-31:57-65, 2001/2002.
- KOFES, Suely; MANICA, Daniela (org.). **Vida & Grafias: narrativas antropológicas entre biografia e etnografia**. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2015.
- LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- LOMNITZ, Claudio. Sobre reciprocidad negativa. In: **Revista de Antropología Social**, Universidad Complutense de Madrid, España, 14, 2005, p. 311-339.

LOVISOLO, Hugo. **A Tradição Desafortunada: Anísio Teixeira, velhos textos e ideias atuais**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.

MARTINS, Leda. Performances da Oralitura: Corpo, Lugar da Memória. In: **Letras**, [S. l.], n. 26, p. 63–81, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11881>. Acesso em: 7 maio. 2023.

MARX, Karl, FRIEDRICH, Engels. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2009

MARX, Karl. **Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011

NAVARO-YASHIN, Yael. Affective spaces, melancholic objects: ruination and the production of anthropological knowledge. In: **Journal of the Royal Anthropological Institute** 15: 1-18, 2009.

NUNES, Clarice. Anísio Teixeira: a poesia da ação. In: **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, jan/fev/mar/abr, n. 16, 2001, p. 05-18.

OLIVEIRA, Amurabi. Sobre o lugar da Educação na Antropologia Brasileira. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v.24, n.1, p. 40-50, jan.-jun. 2015.

PEIRANO, Mariza. A antropologia como ciência social no Brasil. In: **Etnográfica** [Online], Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia, vol. 4 (2), 2000, p. 219-232.

ROCHA, João Augusto de Lima (org.). **Anísio em Movimento**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

SAVIANI, Dermeval. Modo de Produção e a Pedagogia Histórico-Crítica. Entrevista concedida a Maria de Fátima Rodrigues Pereira e Elza Margarida de Mendonça Peixoto. In: **Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina, v. 1, n. 1, p. 110-116, jun. 2009.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: poder e a produção da história**. Tradução de Sebastião Nascimento. Curitiba: Huya, 2016.

TSING, Anna. **O Cogumelo no fim do mundo: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo**. Tradução Jorgge Menna Barreto e Yudi Rafael. São Paulo: n-1 edições, 2022.